

Quércia é contra discussão do mandato pelo Diretório

Da Reportagem Local

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, disse ontem que é contrário à convocação do Diretório Nacional do PMDB para a discussão do mandato do presidente Sarney: "Não é possível o Diretório Nacional mudar a decisão da Convenção do partido, realizada no ano passado, que liberou os constituintes para votarem em qualquer uma das propostas". Quércia reuniu-se ontem com o ex-governador de São Paulo Franco Montoro no Palácio dos Bandeirantes (zona sul paulistana). O encontro, de 45 minutos, terminou às 13h40. Segundo eles, foi discutido o mandato do presidente, os trabalhos do Congresso constituinte e a reunião dos "históricos", realizada sábado, em Brasília. Após a conversa, Quércia conduziu Montoro até um salão onde estava a imprensa e voltou para o seu gabinete. O ex-governador falou e se foi. Logo após, reapareceu Quércia para também conceder entrevista.

Comparadas as declarações de Quércia e Montoro, ambos do PMDB, tornam-se claras as concordâncias e discordâncias entre os dois.

1) Sobre a convocação do Diretório Nacional: O ex-governador Franco Montoro defende esta proposta dos "históricos" para a discussão de todos os pontos polêmicos do Congresso constituinte, inclusive duração do mandato do presidente Sarney. O governador Orestes Quércia afirma que a Convenção do partido definiu a questão quando liberou os parlamentares para votar em qualquer uma das propostas (quatro ou cinco anos). É contra a convocação do Diretório para esta discussão.

2) Sobre a aprovação do mandato de quatro anos: Montoro e Quércia

usam a mesma frase: "Penso que a aprovação não será tranquila".

3) Sobre o possível apoio do presidente Sarney ao candidato do PMDB à Presidência: Montoro não acha fundamental este apoio. Diz que o importante é um candidato que defenda as bandeiras do partido. Quércia quer o apoio do presidente Sarney, e diz: "Nunca vi na história da República um candidato que não quisesse o apoio do governo".

4) Sobre afastamento do governo: Montoro considera uma questão secundária. Afirma que, caso o mandato de quatro anos seja aprovado, restará pouco mais de um ano ao presidente Sarney e este problema será superado. Quércia não quer nem ouvir falar nisso. "No tempo do Cruzado, quando as coisas sorriam para o partido, ninguém falava em afastamento. Não é justo virar as costas agora", diz o governador.

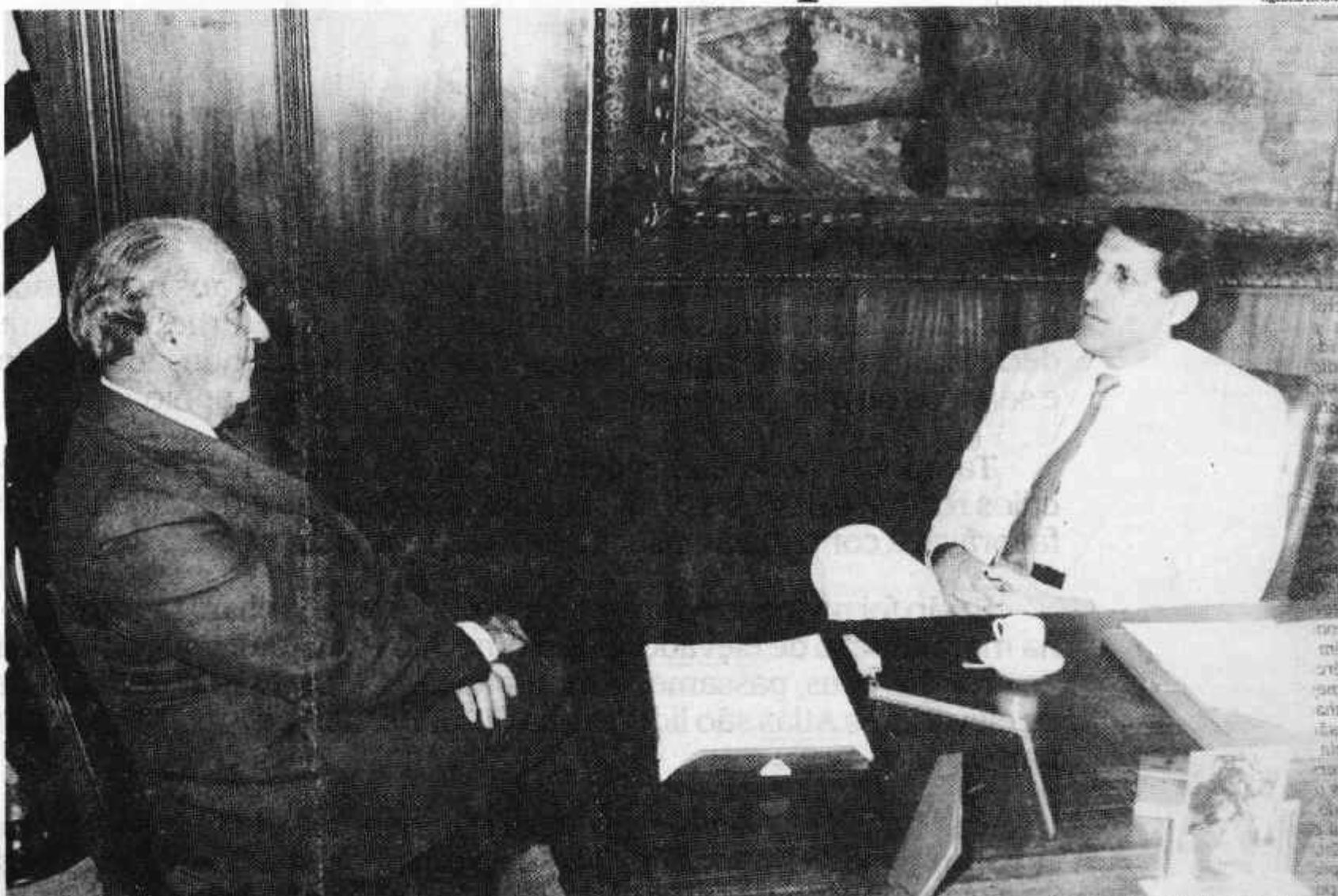
5) Sobre o momento de definição do nome do candidato: Os dois dizem que isto deve ficar para depois do Congresso constituinte.

6) Sobre o nome do candidato propriamente dito: Idem.

7) Sobre o Congresso constituinte: Montoro e Quércia fazem coro que a aprovação imediata da Constituição é o principal neste momento. Concorde também que os trabalhos podem terminar entre fevereiro e março.

8) Sobre sistema de governo: Montoro é parlamentarista e acredita na aprovação do parlamentarismo. Quércia é presidencialista e acredita na aprovação do presidencialismo.

9) Sobre a "dobradinha" Quércia-Montoro para a eleição presidencial: O governador faz duas observações: "Seria uma chapa muito paulista e só o Montoro é candidato".



O ex-governador Franco Montoro e o governador Orestes Quércia (na foto, em 1º de janeiro) encontraram-se ontem no Palácio dos Bandeirantes (zona sul)

Reunião põe 'históricos' e Centrão em confronto

ALEXANDRE POLESI
Da Sucursal de Brasília

O senador Mário Covas (PMDB-SP) convocou para amanhã, às 9h, uma reunião de toda a bancada do partido no Congresso constituinte que poderá transformar-se em nova batalha entre a esquerda e os "históricos" do partido e os 131 peemedebistas moderados no bloco suprapartidário Centrão.

A reunião será para afirmar a posição do partido com relação aos pontos polêmicos do projeto do Congresso constituinte, que começará a ser votado em plenário dia 27. Mas poderá ser a ocasião de nova tentativa da esquerda e dos "históricos" de tirar uma decisão conjunta da bancada em favor da eleição presidencial em 1988.

A reunião de amanhã tinha sido convocada na quarta-feira passada por Covas, líder do PMDB na Constituinte. A convocação, precedeu em três dias o encontro dos "históricos", sábado passado, que decidiu acentuar a luta ideológica dentro do partido e optou pelo "enfrentamento" com os peemedebistas do Centrão.

Será, portanto, um novo episódio da divisão do PMDB, que poderá ter seu ponto alto dia 3 de fevereiro, com a convocação do Diretório Nacional do partido. Até ontem o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) tinha conseguido 27 das 41 assinaturas necessárias para que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, convoque o Diretório, de 121 membros.

Ulysses — também presidente do Congresso constituinte e da Câmara — não quer reunião de Diretório agora, mas não terá alternativa senão convocá-lo, se Scalco conseguir as 41 assinaturas (um terço de 121) previstas no regimento do partido. Ulysses não quer acentuar divisões no partido antes do fim da constituinte.

A posição de Ulysses, entretanto, é fundamental para o sucesso da tentativa dos "históricos" de "resgatar" o PMDB da influência do Centrão. "Ulysses é muito importante; para onde pender o Ulysses, pende o PMDB", disse ontem a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), da esquerda do partido ligada ao MUP (Movimento da Unidade Progressista).

Como a maioria do Diretório, hoje, não aceitaria a proposta dos "históricos" de romper com o governo Sarney, este grupo teria agora uma



Ulysses e Sarney conversam na residência do governador José Aparecido (DF) em almoço oferecido a Jorge Amado

Ulysses espera que peemedebistas achem 'caminho comum'

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, disse ontem que a reunião dos "históricos" foi mais uma como tantas outras que têm ocorrido dentro do partido e que não fez nenhum comentário sobre o

assunto com o presidente José Sarney. Ulysses disse que espera que todos "se encontrem num caminho comum" e concentrem esforços para concluir a nova Constituição.

Sarney e Ulysses Guimarães encontraram-se ontem pela primeira vez neste ano. O encontro foi na Granja de Aguas Claras, residência oficial do governador do Distrito Federal, durante almoço oferecido ao escritor Jorge Amado. Na saída, Sarney disse a Ulysses que já tinha recebido e lido o documento geral sobre o andamento dos trabalhos do Congresso constituinte que Ulysses mandara elaborar.

sobre as eleições em 88 eu me darei por satisfeito", já adiantou ontem o senador José Richa (PMDB-PR), um dos principais articuladores dos "históricos".

É por isso que ganha importância a reunião da bancada do PMDB amanhã, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. A bancada do PMDB é de 303 parlamentares (senadores e deputados), mas os 131 peemedebistas do Centrão poderão não atender à convocação de Covas. Neste caso, o encontro, seria apenas mais uma reunião da esquerda e dos

"históricos" sem desdobramentos políticos maiores.

O deputado Basílio Villani (PMDB-PR) do Centrão, disse que irá a reunião de amanhã e não teme hostilidades da esquerda. "É importante que haja esta reunião", disse ontem. Ele não concorda, porém, que se discuta a duração do mandato do presidente Sarney, como querem os "históricos". Lembrou que no Centrão o mandato de Sarney é uma questão aberta e que no PMDB deve ser assim também. "Ninguém é obrigado a votar por quatro ou cinco anos", disse Villani.

aproximação com Ulysses para não correr o risco de uma derrota desmoralizante dia 3. Esta aproximação poderá ocorrer com a redução do leque de assuntos que os "históricos" gostariam de discutir no Diretório.

No sábado, os "históricos" haviam decidido que o Diretório deveria se manifestar sobre pelo menos três questões: a ruptura formal entre o PMDB e o governo, o "enfrentamento" com os peemedebistas do Centrão e a definição do partido pelas eleições em 88. "Mas se houver só a decisão

do Ministério da Aeronáutica vai assinar um contrato no valor de US\$ 40 milhões (Cz\$ 3 bilhões, no câmbio oficial) com a empresa Orbita Sistemas Aeroespaciais (sediada em São José dos Campos, 97 km a nordeste de São Paulo), para o desenvolvimento, industrial do míssil ar-ar MAA-1.

O MAA-1 exigiu do Ministério da Aeronáutica, nos últimos doze anos, investimentos na ordem de US\$ 19 milhões (Cz\$ 755 milhões, no câmbio oficial) desde que o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em 1976, transferiu o conhecimento adquirido no setor de mísseis aéreos para a empresa paulista DF Vasconcellos. Somente em 1977, ainda com o nome de "Piranha", teve início o seu desenvolvimento. Ele passou por uma fase intermediária de grande intensificação dos trabalhos de engenharia até 1980.

Verbas

Mesmo incluído entre as 66 prioridades consideradas no reequipamen-

to das Forças Armadas, as verbas destinadas ao desenvolvimento da arma foram diminuídas. Em 1982, o ex-ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Mattos chegou a anunciar o "congelamento do programa".

Em 1984 estava previsto o primeiro teste real de tiro com o míssil na Barreira do Inferno (em Natal-RN). Isso só aconteceu em julho de 1986. O MAA-1 foi disparado de uma aeronave Bandeirante da Força Aérea Brasileira (FAB).

O Orbita acabou assumindo o projeto em novembro de 86 por decisão da Aeronáutica. O míssil ar-ar brasileiro é semelhante ao "Sidewinder" norte-americano, disponível no mercado em nove versões de 12 modelos diferentes. Seu custo unitário deverá ser de cerca de US\$ 120 mil (Cz\$ 9 milhões, no câmbio oficial). O MAA-1 deverá equipar, a partir de 1989, os caças subsônicos de ataque ao solo AMX da FAB.

Modificações

No mês passado, o Alto Comando da Aeronáutica analisou o projeto

"Históricos" querem eleger Richa para cargo na Executiva

Da Reportagem Local

A candidatura do senador José Richa (PR) ao cargo de 3º vice-presidente do PMDB, a ser preenchido na reunião que os "históricos" do partido querem convocar para o próximo dia 3, está sendo colocada na forma de uma slogan irônico: "Richa ou racha".

Traduzindo: o grupo "histórico" entende que, se não tem maioria sequer para eleger o seu candidato a um posto vago na estrutura partidária, não tem também condições de permanecer no partido. Mas, se conseguirem eleger Richa, os "históricos" menos inclinados a deixar o PMDB acreditam que passarão a influir decisivamente nos rumos do partido.

O raciocínio tem lógica: o 3º vice-presidente será, na prática, quase o presidente do partido, porque os dois outros vice-presidentes estão afastados (Pedro Simon e Miguel Arraes, governadores de Estado) e o presidente, Ulysses Guimarães, está ocupado demais com o Congresso constituinte.

Mandato

A eleição de Richa, entretanto, não basta para a maioria dos "históricos", que querem também ganhar a votação, no Diretório, sobre a posição

do partido a respeito do mandato do presidente José Sarney e sobre o afastamento ou não do PMDB do governo federal. São essas duas últimas questões as mais problemáticas para os "históricos".

O preenchimento do cargo vago no comando partidário (pertencia ao senador paranaense Affonso Camargo, que foi para o PTB) é defendido, por exemplo, pelo governador Orestes Quércia (SP), que, no entanto, se opõe a uma definição imediata em relação ao mandato e ao rompimento com o governo. (CR)

Newton Cruz se defenderá com acusações contra Polila

Da Sucursal de Curitiba

O general da reserva Newton Cruz comparecerá na próxima sexta-feira, dia 15, ao Tribunal de Justiça para ser pronunciado pela 1ª Vara Criminal do Rio como réu no processo em que é acusado de envolvimento no assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten. Cinco dias depois, seu advogado Clóvis Sahione, entrará com um recurso contra a decisão do juiz Carlos Augusto Lopes Filho. No recurso, ele alega que o baillano Cláudio Werner Polila, o "Jiló", principal denunciante, "é inidôneo por ser ladrão de automóvel e passador de cheques sem fundos, além de ter mentido 77 vezes ao longo de seus depoimentos", segundo Sahione.

O advogado do general disse, ainda, que não acredita na versão apresentada por Polila a respeito de um atentado que teria sofrido no último dia 2. Na ocasião, dois homens atiraram em sua direção mas acabaram matando o camêlo Hernandez Ferreira Filho, 18, no interior de um bar na rua Senador Pompeu (centro). Para o criminalista, "a testemunha mais importante do general Newton Cruz é o Polila que poderá mostrar aos jurados que mentiu demais e que seus depoimentos de nada valem".

A CÚPULA DA EXECUTIVA PEEMEDEBISTA

Presidente — deputado Ulysses Guimarães (SP)
1º vice-presidente — Pedro Simon (governador do Rio Grande do Sul, licenciado)
2º vice-presidente — Miguel Arraes (governador de Pernambuco, licenciado)
3º vice-presidente — vago desde a ida do senador Affonso Camargo (PR) para o PTB
Secretário-geral — deputado federal Milton Reis (MG)

do partido a respeito do mandato do presidente José Sarney e sobre o afastamento ou não do PMDB do governo federal. São essas duas últimas questões as mais problemáticas para os "históricos".

O preenchimento do cargo vago no comando partidário (pertencia ao senador paranaense Affonso Camargo, que foi para o PTB) é defendido, por exemplo, pelo governador Orestes Quércia (SP), que, no entanto, se opõe a uma definição imediata em relação ao mandato e ao rompimento com o governo. (CR)



O general Newton Cruz

Capitão será julgado hoje pelo protesto em Apucarana

Da Sucursal de Curitiba

Os cinco juizes do Conselho Especial da 5ª Circunscrição da Justiça Militar se reúnem a partir das 9h de hoje em Curitiba (PR) para o julgamento do capitão Luiz Fernando Walther de Almeida, que no dia 22 de outubro ocupou a Prefeitura de Apucarana (PR) comandando 50 soldados para divulgar um manifesto contra os baixos salários do Exército. O capitão, que está detido em Curitiba (PR) desde o início do processo e conseguiu uma licença para passar o Natal com a família,

será julgado por movimentação irregular de tropa e divulgação de críticas indevidas.

A procuradoria deve pedir a punição ao capitão pelo artigo 169 do Código Penal Militar, que trata de movimentação de tropa sem autorização e prevê prisão de três a cinco anos. A divulgação de críticas (artigo 166) prevê uma pena de dois meses a um ano de prisão. Já o advogado de defesa, Gilberto Baummann, insiste na tese da inocência do capitão Almeida, que segundo ele, com sua atitude apenas mostrou o clima de insatisfação existente no Exército.